

## **40 anos depois: uma análise de 1968 nas páginas de *Claudia***

Raquel de Souza Moreira PORTILHO<sup>1</sup>

Mestranda em Comunicação – Universidade Federal Fluminense (UFF) - RJ

**Resumo:** O ano de 1968 foi importante na história recente do Brasil e do mundo, na medida em que foi marcado por intensas mobilizações sociais, dentro de um contexto de Guerra Fria, ditaduras na América Latina e questionamento do modelo soviético de socialismo, dentre outros fatos. Criada em 1961, *Claudia*, a primeira grande revista feminina brasileira, teve, ainda, que lidar com a explosão do feminismo em meados dos anos 1960, o que gerava uma série de contestações por parte das mulheres e, conseqüentemente, de suas leitoras. Quando se completam 40 anos de 1968, este trabalho tem como questão central discutir em que medida os acontecimentos que marcaram o Brasil (sob regime de ditadura militar naquele momento) e o mundo naquele ano estiveram presentes na revista e de que maneira o periódico os expunha em suas páginas. A partir de tal análise, foi observado que no plano político e social *Claudia* tratava com mais frequência dos temas que vinham de fora do Brasil. A fundamentação teórica propõe a discussão de conceitos como gênero e *agenda setting*.

**Palavras-chave:** revista *Claudia*, 1968, gênero

### **1. Introdução**

Não dá para pensar em 1968 como um ano isolado, sem precedentes. Todo o ideário contestador daquele período surgiu ao longo dos anos anteriores – ideário este inspirado no sucesso de revoluções como a de Cuba, em 1959, e a independência da Argélia, em 1962 – até eclodir em 1968. O mundo passava por momentos conturbados: havia países em desenvolvimento se rebelando contra as grandes potências capitalistas, e, ao mesmo tempo, o modelo soviético socialista era fortemente contestado, considerado “burocrático e acomodado à ordem internacional estabelecida pela Guerra Fria, sem interesse em

---

<sup>1</sup> Contato: [raquelportilho@gmail.com](mailto:raquelportilho@gmail.com).

incentivar as transformações sociais, políticas e econômicas necessárias para chegar ao comunismo”.<sup>2</sup>

No Brasil, então sob ditadura militar desde 1964, o ano também foi marcado por intensas mobilizações sociais e pelo endurecimento do regime, que resultou no rompimento de parte da classe média com o governo dos militares, que se instaurou no país com o apoio de grande parte da mesma. Um dos momentos de ruptura com os militares aconteceu após a repercussão da morte do estudante secundarista Édson Luís, no dia 28 de março, vítima da repressão policial no Rio de Janeiro. O fato causou forte comoção pública, levando mais de 50 mil pessoas ao enterro do estudante.<sup>3</sup> Porém, o governo militar, comandado por Costa e Silva, não estava disposto a recuar no combate à oposição ao regime: em 21 de junho do mesmo ano, de acordo com Zuenir Ventura, o Rio de Janeiro virou praça de guerra, quando parte da população – e não apenas os jovens – lutaram contra a polícia no Centro da cidade, por conta da forte repressão feita nos dois dias anteriores. O episódio, que ficou conhecido como “sexta-feira sangrenta”, tornou-se, segundo Zuenir Ventura, o pior momento do governo Costa e Silva do ponto de vista político<sup>4</sup>:

Se fosse possível precisar o momento exato em que o governo Costa e Silva perdeu definitivamente a batalha pela conquista da opinião pública, esse momento estaria situado entre os dias 19, 20 e 21 de junho – quarta, quinta e sexta-feira. Mais por insensatez própria do que por estratégia do adversário, as autoridades atraíram para si o ódio da classe média (...). (VENTURA, 1988, p. 142).

O crescente descontentamento com a ditadura ficou ainda mais evidente em 26 de junho de 1968, com a Passeata dos Cem Mil, que reuniu intelectuais, estudantes, mães, políticos, artistas, padres e todos os outros setores da sociedade insatisfeitos com o regime ditatorial. O encontro foi recheado de discursos inflamados que tinham a intenção de cobrar do governo uma postura em relação aos problemas estudantis e de exigir o abrandamento da repressão, o fim da censura e a redemocratização do país.<sup>5</sup>

Em 13 de dezembro de 1968, o governo militar responde à crescente oposição endurecendo o regime com a edição do Ato Institucional nº 5, baixado por Costa e Silva

<sup>2</sup> RIDENTI, 2002, p. 135.

<sup>3</sup> VENTURA, 1988, p. 98-104.

<sup>4</sup> VENTURA, 1988, p. 140-142.

<sup>5</sup> [http://www.mec.gov.br/seed/tvescola/historia/entrevista\\_6a.asp](http://www.mec.gov.br/seed/tvescola/historia/entrevista_6a.asp) e <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/humanas/historia/jornais/49passeatacemmil.html> - ambos consultados em 29/04/2006.

através da Junta Militar,<sup>6</sup> que previa, dentre outras coisas, que o Presidente poderia “decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República”.<sup>7</sup>

A partir deste momento, iniciaram-se as cassações de mandatos políticos – prática que se tornava mais comum ao longo da ditadura – a censura aos meios de comunicação, às expressões artísticas e a repressão a qualquer tipo de manifestação contrária ao regime.

## **2. Feminismo e *Claudia***

O período foi marcado por diversas manifestações ao redor do mundo, como os protestos contra a Guerra do Vietnã e o maio de 68 em Paris. A intensificação das mobilizações, formadas majoritariamente por jovens, resultou em um movimento de contracultura, que questionava a moral vigente através da arte, da música e do cinema e também lançou luz sobre os movimentos que lutavam pelos direitos das minorias. O feminismo era um deles, que ressurgia com toda força nos anos 60 - influenciado pela obra “O Segundo Sexo”, publicada em 1949, da filósofa e socióloga francesa Simone de Beauvoir – e seus ecos chegaram ao Brasil com maior impacto e difusão no final da década.<sup>8</sup>

Do final do século XIX até parte dos anos 1960, a resistência às reivindicações de igualdade de direitos por parte das mulheres era forte no Brasil. Desde autoridades públicas a partidos de esquerda, havia uma negação em reconhecer as reivindicações femininas como legítimas, sérias ou necessárias. É importante frisar que as pretensões dos movimentos feministas daquela época não incluíam a vida sexual da mulher. As reivindicações giravam mais em torno do direito ao voto<sup>9</sup>, e de melhorias e mais espaço para o trabalho feminino<sup>10</sup>.

<sup>6</sup> VENTURA, 1988, p 271-79.

<sup>7</sup> <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action> - consulta em 21/04/2006.

<sup>8</sup> PINTO, 2003, p. 78.

<sup>9</sup> Permitido para mulheres brasileiras a partir de 1932, durante o governo Vargas.

<sup>10</sup> No Brasil, apesar da resistência de boa parte da sociedade, o trabalho feminino nas fábricas era bastante comum desde meados do século XIX. Porém, com a incorporação de novas tecnologias e da força física, as mulheres foram, aos poucos, deixando o ambiente fabril. Na década de 1950, o número de trabalhadoras havia

No fim da década de 60, a tensão em torno dos temas relacionados às mulheres aumentou consideravelmente. O cenário político - tenso, conturbado - contribuiu para a afirmação dos ideais feministas por uma parte das brasileiras. Porém, como a maioria das militantes do feminismo estava envolvida (ou era simpatizante) com a luta contra a ditadura, um grande paradoxo surgia para o movimento: o que é mais importante? As questões femininas ou a luta contra o governo militar? Parte desse questionamento deve-se, justamente, aos militantes antiditadura que julgavam a luta feminina “um sério desvio pequeno-burguês”.<sup>11</sup> E, de acordo com Celi Pinto, dificilmente o feminismo no Brasil resistiria a este contra-senso.

O movimento feminista, em países como o Brasil, não pode escapar dessa dupla face do problema: por um lado, se organizava a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público como no privado, acarreta conseqüências definitivas para a vida e que, portanto, há uma luta específica, a da transformação das relações de gênero. Por outro lado, existe a preocupação por parte dos grupos organizados com a miséria, fome, desigualdade social, e que este não é um problema que pode ficar de fora de qualquer luta específica.<sup>12</sup>

Nesse mesmo período, o debate sobre as questões culturais e femininas chega à revista *Claudia*.

Criada em 1961 com o *slogan* “a revista amiga”, *Claudia* se afinava com os ideais de modernização e com a expansão do capitalismo, ambos acentuados no Brasil desde os anos 50. Apontada como a primeira grande revista feminina do país, e uma das mais antigas a circular ininterruptamente,<sup>13</sup> buscava atingir mulheres de classe média que viviam nas cidades, público-alvo preferencial para o consumo da crescente produção de bens, como eletrodomésticos.<sup>14</sup> Apesar de ter sido criada nos moldes das mulheres dos anos 50, quando os aspectos mais importantes da vida feminina eram a família, o marido e os filhos, a publicação mensal da Editora Abril se colocava como uma revista moderna, diferente de

---

diminuído de forma significativa nas fábricas brasileiras. (RAGO, 2004, p. 580-592).

<sup>11</sup> PINTO, 2003, p 37.

<sup>12</sup> PINTO, 2003, p 37.

<sup>13</sup> MIRA, 2001, p. 60.

<sup>14</sup> Consumo resultante de diversos fatores, dentre eles a política desenvolvimentista de JK (PINTO, 2003, p. 61).

outras publicações femininas daquele tempo, como *Jornal das Moças*.<sup>15</sup> E de fato o era, ao menos em alguns aspectos. *Claudia* abria espaço para certos assuntos polêmicos, comportava opiniões diferentes e mantinha um diálogo mais estreito com as leitoras.<sup>16</sup>

Com a expansão do movimento feminista pelo mundo, que questionava justamente o lugar da mulher na sociedade, em 1963, *Claudia* abre espaço para discutir temas relacionados à sexualidade e à psique femininas, através da coluna “A arte de ser mulher”, da psicóloga Carmen da Silva, que gerava grande polêmica entre as leitoras, sendo amada por umas e odiada por outras.<sup>17</sup> Ainda assim, apesar de abrir espaço para idéias diferentes, o conteúdo de *Claudia* era basicamente voltado para a vida doméstica e familiar:

*Claudia*, com nome de gente, veio ao encontro de uma certa busca de identidade da mulher de classe média urbana; também veio estimular e ser estimulada por todo um consumo emergente.[...] *Claudia* é uma revista que procura adequar-se às exigências do mercado. Houve época de publicar reportagens mais polêmicas, temas mais intelectualizantes, mas seu grande filão, além da moda, é o mundo doméstico.<sup>18</sup>

A revista tratava casamento, filhos, marido, cozinha, moda, decoração, etc. como pressupostos de um *universo feminino*, pertencentes a uma definição de *mulher* como categoria universal.

### **3. Abordagem teórica: hipótese do agenda-*setting* e conceito de gênero**

Até meados de 1970, era comum atribuir às mulheres características fixas e "próprias" do "ser mulher" como algo biológico, intrínseco à natureza feminina. A partir de então, tais atribuições passaram a ser duramente contestadas pelos estudos feministas através da idéia de gênero. A intenção de tais estudos era desmistificar a idéia de que vários aspectos do comportamento feminino derivavam naturalmente de sua condição biológica. O

---

<sup>15</sup> Publicação conservadora que funcionava como uma espécie de manual burguês-religioso do comportamento feminino (BASSANEZI, 1996 e RIO DE JANEIRO, 2002, p. 30).

<sup>16</sup> BASSANEZI, 1996.

<sup>17</sup> A conclusão da informação se deu através de edições de *Claudia* em 1968 analisadas por mim. Em algumas dessas edições, como as de janeiro e maio, a revista dedicou a sessão de carta das leitoras exclusivamente a Carmen da Silva.

<sup>18</sup> BUITONI, 1990, p 49-50.

conceito passou, então, a ter significados diferentes: a primeira concepção era a de gênero como classificação biológica (masculino e feminino, por exemplo) e a outra o encarava como resultado de construções sociais e culturais.<sup>19</sup>

A utilização da categoria gênero como construção social e cultural permitiu aos estudos feministas, segundo Natansohn, "o reconhecimento de uma variedade de formas de interpretação, simbolização e organização das diferenças sexuais nas relações sociais e perfilou uma crítica, quase unânime, à existência de uma essência feminina"<sup>20</sup>; dá ênfase ao caráter estritamente social das diferenças sexuais, afastando a idéia de naturalização<sup>21</sup>. O conceito permite, ainda, mostrar que não existem duas esferas distintas, uma feminina e outra masculina, e que o mundo de homens e mulheres é necessariamente o mesmo, e tem o desafio de analisar não só a "relação entre experiências masculinas e femininas no passado, mas também a ligação entre a história do passado e as práticas históricas [e culturais] atuais"<sup>22</sup>.

A famosa frase de Simone de Beauvoir, "não se nasce mulher: torna-se mulher",<sup>23</sup> causou densas discussões em torno das condições para que alguém se torne "homem" ou "mulher". A afirmação foi interpretada de maneira discutível por algumas feministas dos anos 60 e 70, como a afirmação de um caminho *inevitável* para se tornar *mulher*.<sup>24</sup>

Por outro lado, se existe a escolha, ela não é inteiramente livre, mas feita dentro de certas condições sociais e culturais. E é preciso considerar que a maneira de agir e pensar das pessoas está ligada também à "experiência" de cada um, às diferentes relações e contextos em que foi criado, vive, circula.<sup>25</sup>

Algumas limitações, porém, envolvem a noção de gênero. Uma delas é a crítica de que seus usos são meramente descritivos, limitando-se a utilização apenas aos assuntos ligados às mulheres, como as próprias, a família, a criança etc., sem força, porém, "para interrogar e mudar os paradigmas históricos existentes".<sup>26</sup> Outro problema são os binômios

---

<sup>19</sup> NATANSOHN, 2002.

<sup>20</sup> NATANSOHN, 2002.

<sup>21</sup> SOIHET, s/d.

<sup>22</sup> NATANSOHN, 2002 e SOIHET, s/d.

<sup>23</sup> BEAVOIR, s/d.

<sup>24</sup> NATANSOHN, 2002.

<sup>25</sup> NATANSOHN, 2002.

<sup>26</sup> SOIHET, s/d.

subjacentes a diversos estudos feministas, tais como “o masculino *versus* o feminino” e “dominação *versus* opressão”. Apesar de tais binarismos estarem presentes em muitas das relações entre os sexos, utilizar-se somente deles seria deixar de lado o fato de que as mulheres também exercem “complexos contra-poderes”, e que a submissão feminina não é apenas um ato alienante, mas pode ser também uma forma de subverter a relação de dominação.<sup>27</sup>

Para algumas autoras, como Teresa de Lauretis, o conceito de gênero acabou por limitar o pensamento feminista, já que o subordina à idéia de diferença sexual. A primeira limitação apontada por Lauretis é o confinamento da mulher ao conceito universal e binário do sexo. O homem seria uma espécie de referência para gerar as diferenças e a mulher, a diferença: "a mulher como a diferença do homem, com ambos universalizados; ou a mulher como a diferença pura e simples e, portanto, igualmente universalizada". Além disso, a universalização dificulta a compreensão e articulação das diferenças entre as mulheres e, por que não, *nas* mulheres.<sup>28</sup>

A noção de gênero é fundamental para analisar um objeto que se dirige às mulheres, como *Claudia*, e que se propõe a criar um *universo feminino*, no qual todas têm as mesmas características, biológicas e sociais. O conceito ajuda a não olhar a *mulher* como uma categoria dada, mas sim a observá-la de forma mais complexa, como algo que é construído. E a revista faz parte dessa construção na medida em cria/cristaliza hábitos (gostar de moda e cozinha, por exemplo), reforça ou questiona valores (casamento, catolicismo, virgindade), além de sugerir estilos de vida (casar, ter filhos, ser dona-de-casa e consumidora).

Assim como o conceito de gênero, a hipótese do agenda-*setting* contribui para a análise do objeto na medida em que defende que, por consequência da ação dos meios de comunicação de massa, o público inclui ou exclui, atribui importância ou negligencia fatos e assuntos expostos ou ignorados pelos meios de comunicação.<sup>29</sup>

A intenção da hipótese do agenda-*setting* não é a de defender que os meios de comunicação de massa pretendem persuadir ou manipular, incluindo ou excluindo da agenda do público o que lhes convêm. A cobertura jornalística, quando se propõe e

---

<sup>27</sup> SOIHET, s/d.

<sup>28</sup> LAURETIS, 1994, p. 207.

<sup>29</sup> <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1188> consultado em 03/07/2006.

descrever a *realidade*, apresenta ao público “uma lista daquilo sobre o que é necessário ter uma opinião e discutir”<sup>30</sup>. De acordo com Mauro Wolf, em *Teorias da Comunicação*, “o pressuposto fundamental do agenda-*setting* é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelos *mass media*”. Portanto, a hipótese afirma que os meios de comunicação não podem dizer ao público como pensar, mas podem, através do seu conteúdo, dizer às pessoas sobre quais assuntos pensar. No caso das leitoras de *Claudia*, a revista coloca como temas importantes a serem pensados a família, o casamento e moda, por exemplo (temas cristalizados não apenas por *Claudia*, mas por diversas publicações femininas da época<sup>31</sup>). E, de certa forma, expõe, também, *como* pensar em tais assuntos, já que os mesmos são apresentados quase sempre sob um mesmo enfoque, contrariando, em parte, a hipótese.

Outro aspecto importante do conceito são as influências a longo prazo. Se os meios de comunicação podem dizer às pessoas sobre o que pensar, e se a realidade do público limita-se em grande parte ao que é oferecido pelos meios de comunicação, através da agenda da mídia, pode-se dizer que, a longo prazo, o público já terá incluído em sua agenda pessoal temas sobre os quais fizeram parte, constantemente, da agenda da mídia.<sup>32</sup> A percepção dos efeitos a longo prazo é importante porque durante o processo de produção das informações, por diversos fatores, ocorrem as “distorções involuntárias”, que criam imagens distorcidas da realidade social, imagens das quais o público absorve e toma como *verdadeiras*.

Um aspecto importante da hipótese é a de que os efeitos a longo prazo de inclusão da agenda da mídia são percebidos mais claramente em consumidores de informação impressa. Levando em consideração que a informação escrita é mais aprofundada e mostra-se mais sólida e menos perecível.<sup>33</sup> De acordo com os estudos de efeitos de agenda nos diversos meios de comunicação, Mauro Wolf explica que os jornais e outros meios de comunicação impressos têm maior influência sobre a agenda do público, caracterizando fundamentalmente o efeito de agenda-*setting*.<sup>34</sup>

---

<sup>30</sup> WOLF, 1995, p 130.

<sup>31</sup> BASSANEZI, 1996.

<sup>32</sup> WOLF, 1995, p 131.

<sup>33</sup> WOLF, 1995, p 133.

<sup>34</sup> WOLF, 1995, p 145.



Partindo do pressuposto de que os meios de comunicação de massa escolhem determinados assuntos para entrarem na agenda da mídia, pode-se afirmar, então, que outros assuntos são deixados de fora da cobertura jornalística. Estes assuntos, conseqüentemente, acabam por não serem incluídos na agenda do público. Este outro tipo de efeito do agenda-*setting* é comum a todos os meios de comunicação. A omissão de determinados temas pode não ser, necessariamente, proposital.<sup>35</sup> No caso da revista *Claudia*, a marginalização de determinados temas como sexualidade feminina, aborto e homossexualismo pode fazer com que a discussão também seja deixada de lado pelas leitoras. Porém, é preciso ressaltar que assuntos marginalizados podem entrar na agenda pública, através de tensões socioculturais, por conta do momento histórico e passar, então, para a agenda da mídia. Foi o que aconteceu com *Claudia* em 1968, quando a revista publicou, por exemplo, em agosto daquele ano uma matéria sobre as mobilizações estudantis no mundo intitulado “Você é contra a juventude?”.

A pesquisa dos efeitos de agenda-*setting*, não poderia basear-se unicamente nos efeitos cognitivos, excluindo os componentes valorais (psicológicos, sociais) dos destinatários, como fatores determinantes para o uso que os mesmos fazem dos meios de comunicação. Isso ocorre porque, na verdade, os estudos sobre os efeitos de agenda não ignoram as relações interpessoais dos destinatários, porque estas relações são importantes para entender como estes destinatários absorvem o que lhes é oferecido através da agenda da mídia.<sup>36</sup>

A hipótese do agenda-*setting* defende que os *mass media* são eficazes na construção da imagem da realidade que o sujeito vem estruturando. Essa imagem – que é simplesmente uma metáfora que representa a totalidade da informação sobre o mundo que cada indivíduo tratou, organizou e acumulou – pode ser pensada como um *standard* em relação ao qual a nova informação é confrontada para lhe conferir o seu significado. Esse *standard* inclui o quadro de referência e as necessidades, crenças e expectativas que influenciam aquilo que o destinatário retira de uma situação comunicativa. Neste quadro, por conseguinte, a formação da agenda do público vem a ser o resultado de algo muito mais complexo do que a mera estruturação de uma ordem do dia de temas e problemas por parte dos *mass media*. (WOLF, 1995, p 137).

---

<sup>35</sup> WOLF, 1995, p 136.

<sup>36</sup> WOLF, 1995, p 137.

Os meios de comunicação não podem, portanto, ser os únicos responsáveis pela construção da imagem da realidade que os indivíduos estabelecem. Há uma série de outros fatores, além mídia, que influenciam essa formação. Porém, dependendo do conhecimento, vivência individual de cada sujeito, as informações oferecidas pelos meios de comunicação de massa serão, para este indivíduo, sua experiência ou o seu conhecimento sobre determinados assuntos. Quando se pensa em mulheres no fim dos anos 60, pode-se dizer que a experiência feminina ainda era bastante ligada aos valores burgueses como a família e o casamento.

As articulações da hipótese do agenda-*setting* ganham ainda mais complexidade na medida em que além de saber se há absorção de informações por parte dos destinatários, e sobre quais assuntos, é preciso ainda considerar que tipos de informações têm efeitos de agenda, e como estas circulam entre as diversas agendas (da mídia para a pública, da mídia para a política, da pública para a política etc.).<sup>37</sup>

#### **4. Análise de *Claudia***

Pode-se dizer que, em 68, a agenda da mídia foi “perfurada” pela tensão cultural do momento. A revista não deixou de cobrir “o de sempre”, as matérias *femininas*, que estiveram presentes na maioria das edições analisadas. Porém, alguns assuntos que normalmente não aparecem no periódico, estiveram presentes. E outros, que já haviam aparecido em algum momento, voltaram às páginas da revista sob um novo enfoque. Este é o caso da carta ao leitor, que apresentava a matéria “Por que a Igreja não pode aprovar os anticoncepcionais hormonais por via oral”, publicada em janeiro de 68, com um enfoque extremamente religioso e alarmista:

“A mulher que toma anticoncepcional por via oral, fica, com efeito, grávida e aborta a cada mês. Ela passa portanto a sofrer 90 vezes mais os riscos da gravidez. Dr. David B. Clarck, professor de neurologia da Universidade de Kentucky’.

---

<sup>37</sup> WOLF, 1995, p 140.

‘A repetida ocorrência de trombozes na mesma paciente, enquanto ela está tomando as pílulas, me parece particularmente importante como evidência. Se alguma mulher da minha família me pedisse um conselho, eu diria para não tomar a pílula, por enquanto’. Dr. Erick Ask-Upmark, da Universidade de Upsala, Suíça.

[...] Estes são alguns depoimentos sobre um assunto muito sério: a pílula. Nossa intenção não é alarmar; é esclarecer, levantar um problema para o qual a grande maioria dos médicos está despreparada, tanto no Brasil como nos Estados Unidos. [...]<sup>38</sup>

Porém, na edição de julho do mesmo ano, *Claudia* trazia uma nova reportagem sobre a pílula, desta vez sem sequer citar o nome da Igreja. As fontes da matéria, além de médicos, eram leitoras contando sobre suas experiências com o medicamento.

A revista apresentou comportamentos controversos – quase opostos – no ano de 1968. Outro exemplo desta mudança na agenda de *Claudia* é a edição de maio daquele ano: um especial sobre a cidade de Moscou. O exemplar, curiosamente lançado no mês mais conturbado do ano, trazia reportagens sobre a vida das mulheres na cidade<sup>39</sup>, sobre comunismo e a desmistificação de que Moscou seria como nos filmes de *James Bond*.<sup>40</sup> A edição causou grande polêmica e rendeu a *Claudia* a acusação de fazer propaganda comunista<sup>41</sup>.

Já na edição de setembro, com a matéria de capa intitulada “Pais e Filhos” (estava mais para “mães e filhos”), parecia que a revista havia voltado aos temas “de sempre”. A matéria expunha quais os cuidados necessários em cada fase dos filhos, sempre atribuindo maior responsabilidade na educação às mulheres. Porém, outros espaços (menores) na revista tratavam de assuntos como a aprovação pela ONU da eliminação da discriminação contra as mulheres, um artigo sobre o filósofo alemão Herbert Marcuse e uma reportagem sobre infidelidade feminina.<sup>42</sup>

Se a revista mostrou-se um enorme paradoxo durante o ano de 68, a coluna de Carmen da Silva, ao contrário, foi o espaço mais regular do periódico. A psicóloga

<sup>38</sup> Carta ao leitor, *Claudia*, ano VIII, n. 76, janeiro de 1968, p 3.

<sup>39</sup> Em artigo intitulado “A revolução das mulheres”, Luiz Lobo expõe temas como liberdade sexual, pílula e aborto (*Claudia*. São Paulo, ed. Abril, ano VIII, n° 80, maio de 1968).

<sup>40</sup> *Claudia*, ano VIII, n. 80, maio de 1968.

<sup>41</sup> Em 27 de maio de 68, Cássio B. Albuquerque publicou uma carta no Jornal da Tarde acusando a revista de ter sido “estipendiada pelos comunistas”. O periódico republicou o texto na sessão de cartas da edição de julho do mesmo ano.

<sup>42</sup> *Claudia*, ano VIII, n. 84, setembro de 1968.

manteve, durante o ano, o mesmo tom e os mesmos tipos de temas: sexualidade, depressão, psique, dentre outros. E em alguns exemplares, como os de maio e de setembro, não ocupou o lugar de “o conteúdo mais liberal” de *Claudia*.

## **5. Conclusão**

Ao longo do estudo, com a observação direta do objeto, foi possível observar que a discussão político-cultural muito forte no ano de 1968 esteve presente na revista. Além de tratar de assuntos novos e/ou polêmicos relacionados às mulheres e seu lugar no mundo, *Claudia* também expôs, através de artigos e reportagens, aspectos do momento histórico e político. Porém, a revista não usava o Brasil como referência dos debates que afligiam o momento. Notou-se que a presença de personalidades nacionais foi quase nula. Em contrapartida, havia reportagens e entrevistas com diversas figuras estrangeiras “polêmicas”, como Herbert Marcuse, a cantora e ativista norte-americana Joan Baez e Ekaterina Furtzeva, Ministra da Cultura da U.R.S.S.

A sessão de cartas da revista tornava explícita a tensão provocada pelo momento – pelo menos entre suas leitoras. A polêmica em torno de Carmen da Silva, por exemplo, é sintomática de que de fato havia um questionamento em torno do lugar da mulher no mundo por parte das leitoras. O periódico publicou, também, diversas cartas relacionadas à edição de maio (especial Moscou), nas quais algumas leitoras elogiavam a iniciativa da revista de desmistificar o comunismo e outras que seguiam o mesmo tom de Cássio B. Albuquerque, chamando *Claudia* de comunista.

A conclusão provisória para a questão é de que tanto a revista propôs novos temas ou novos enfoques para seu público, como a tensão social que gerava o debate de novos temas e enfoques, em que parte das leitoras de *Claudia* estavam envolvidas, foram utilizados pela revista. Houve, portanto, uma espécie de “mistura” da agenda da mídia (representada pelo veículo *Claudia*) e da agenda pública (as leitoras do periódico).

## **Referências Bibliográficas:**

- BASSANEZI, Carla. Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964. RJ: Civilização Brasileira, 1996.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo Sexo – Fatos e mitos*. 3ª edição. São Paulo, Difusora Européia do Livro, s/d.
- BUITONI, Dulcília. Imprensa Feminina. 2ª edição SP: Ática, 1990.
- Claudia*. São Paulo, ed. Abril, ano VIII, nº 76, janeiro de 1968.
- Claudia*. São Paulo, ed. Abril, ano VIII, nº 80, maio de 1968.
- Claudia*. São Paulo, ed. Abril, ano VIII, nº 82, julho de 1968.
- Claudia*. São Paulo, ed. Abril, ano VIII, nº 83, agosto de 1968.
- Claudia*. São Paulo, ed. Abril, ano VIII, nº 84, setembro de 1968.
- LAURETIS, Teresa de. “Tecnologia do gênero”. HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.) Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- MIRA, Maria Celeste. O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX. São Paulo: Olho d’Água/Fapesp, 2001
- NATANSOHN, L.G. *Representações de sexo/gênero: uma questão pendente nos estudos de comunicação*. Trabalho apresentado no NP01 – Núcleo de Pesquisa Teorias da Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 2002.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.
- RAGO, Margareth. “Trabalho Feminino e Sexualidade”. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Ed. Contexto, 2004, 7ª edição.
- RIDENTI, Marcelo. “1968: Rebeliões e Utopias”. In: FERREIRA, J.; REIS FILHO, D. A.; ZENHA, C. (org.). *O Século XX (O Tempo das Dívidas. Do Declínio das Utopias às Globalizações)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, Vol. III.
- RIO DE JANEIRO (cidade). *Mulheres em revista: O jornalismo feminino no Brasil*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2002.
- SOIHET, Rachel. “Formas de Violência, Relações de Gênero e Feminismo”. Disponível no sítio do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC) da UFF, 2001. In: <http://www.historia.uff.br/nec/textos/text34.PDF>. Consulta em 25/06/2006.
- SOIHET, Rachel (s/d). “História das mulheres e relações de gênero: algumas reflexões”. Disponível no sítio do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC) da UFF. In: <http://www.historia.uff.br/nec/textos/text33.PDF>. Consulta em 15/7/2007.
- VENTURA, Zuenir. *1968 – o ano que não terminou*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1988.
- WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

## Meio eletrônico

Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa:  
<http://www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/humanas/historia/jornais/49passeatacemmil.html>.  
Consulta em 29/04/2006

Federação Nacional dos Jornalistas: <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1188>.  
Consulta em 03/07/2006.

Ministério da Educação: [http://www.mec.gov.br/seed/tvescola/historia/entrevista\\_6a.asp](http://www.mec.gov.br/seed/tvescola/historia/entrevista_6a.asp).  
Consulta em 29/04/2006.

Senado Federal: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>.  
Consulta em 21/04/2006.